Medida Provisória n° 2180-35, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Assunto: Organização do Estado -

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 13/03/2026 - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Último estado: 25/09/2023 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1798 de 1999

Medida Provisória nº 1798/1 de 1999

Medida Provisória nº 1798/2 de 1999

Medida Provisória nº 1798/3 de 1999

Medida Provisória nº 1798/4 de 1999

Medida Provisória nº 1798/5 de 1999

Medida Provisória nº 1906/7 de 1999

Medida Provisória nº 1906/8 de 1999

Medida Provisória nº 1906/9 de 1999

Medida Provisória nº 1906/10 de 1999

Medida Provisória nº 1906/11 de 1999

Medida Provisória nº 1984/14 de 2000

Medida Provisória nº 1984/15 de 2000

Medida Provisória nº 1984/16 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1984/17 de 2000

Medida Provisória nº 1984/18 de 2000

Medida Provisória nº 1984/19 de 2000

Medida Provisória nº 1984/20 de 2000

Medida Provisória nº 1984/21 de 2000

Medida Provisória nº 1984/22 de 2000

Medida Provisória nº 1984/23 de 2000

Medida Provisória nº 1984/24 de 2000

Medida Provisória nº 1984/25 de 2000

Medida Provisória nº 2102/28 de 2001

Medida Provisória nº 2102/29 de 2001

Medida Provisória nº 2102/30 de 2001

Medida Provisória nº 2102/31 de 2001

Medida Provisória nº 2102/32 de 2001

Medida Provisória nº 2180/33 de 2001

Medida Provisória nº 2180/34 de 2001

TRAMITAÇÃO

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 26/10/2021, Seção 1, páginas 1 a 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.230, de 2021, que dá nova redação ao § 5º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1991, alterado pelo art. 7º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Tendo em vista a promulgação da Lei nº 13.105, de 2015 (novo Código de Processo Civil), em 17/3/2015, que revogou, na íntegra, a Lei nº 5.869, de 1973 (antigo Código de Processo Civil), o art. 10 da presente Medida Provisória, que incluiu o parágrafo único ao art. 741 ao antigo CPC, passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 1º/12/2011, Seção 1, páginas 1 a 9, em que consta a publicação da Lei nº 12.529, de 2011, que dá nova redação ao inciso V do art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985, alterado pelo art. 6º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

TRAMITAÇÃO

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 10/8/2009, Seção 1, páginas 2 e 3, em que consta a publicação da Lei nº 12.016, de 2009, que revoga, na íntegra, a Lei nº 4.348, de 1964, e, consequentemente, os §§ 1º e 2º de seu art. 4º, que foram incluídos pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 30/6/2009, Seção 1, página 4, em que consta a publicação da Lei nº 11.960, de 2009, que dá nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 1997, incluído pelo art. 4º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 3/7/2002, Seção 1, páginas 1 e 2, em que consta a publicação da Lei nº 10.480, de 2002, que revoga o art. 8o-A e o § 7o do art. 17 da Lei no 9.028, de 1995, acrescentados pelo art. 3º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 6/9/2001, Seção 1, página 15, em que consta a publicação da Lei nº 10.272, de 2001, que dá nova redação ao art. 467, excluindo seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), incluído pelo art. 9º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

27/02/2024 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: A Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.

25/09/2023 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Ação: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo do Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

21/12/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

11/11/2008 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

15/08/2006 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

TRAMITAÇÃO

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Encaminhado à SSCLCN.

11/08/2006 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: DEVOLUÇÃO C/ CÓPIA DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS STF ATRAVÉS OF. 024/06-PRESID. ADIN 3740

03/07/2006 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Anexamos às fls. 163 a 174 cópia da ADIN nº 3740, encaminhado pelo Ofício nº 4009, de 2006, do Supremo Tribunal Federal, contra o § 1º do artigo 475 - L e o § único do artigo 741 do Código de Processo Civil, nas redações conferidas pela Lei nº 11.232; bem como contra o § único do artigo 741 do Código de Processo Civil, na redação conferida pela Medida Provisória 2.180-35.

À Advocacia do Senado Federal.

03/07/2006 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À SSCLSF, a pedido.

16/08/2005 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada cópia da publicação da Decisão do recurso da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, no Diário da Justiça, conforme consta à folha nº 162.

03/06/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada cópia do Of. SF nº 685, de 12 de maio de 2004, do Presidente do Senado Federal ao Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no qual informa que a Medida Provisória nº 2.180-35, de 27-08-2001, encontra-se subordinada ao art. 2º da Emenda Constitucional nº 2, de 2001, conforme consta às folhas nºs 160 a 161.

03/06/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada cópia do Oficio SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 157 a 159.

27/08/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas folhas de nºs 155 e 156, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

01/07/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

30/04/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 154, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 9269

TRAMITAÇÃO

27/03/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 153, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 4797

11/11/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

28/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 152, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 29720

07/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 151, referente ao Ofício do Líder do PMDB da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 27761

05/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 185, referente ao Ofício do Líder do PSDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 27561

10/09/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 117 a 149 referentes à Mensagem nº 563, de 2001-CN, que encaminha o texto da Medida.

Publicado no DCN Páginas 20813-20850

10/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a instalação da Comissão Mista.
À SSCLCN.

05/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Anexado OF.PSDB/I/Nº 556/2001, da Liderança do PSDB na Câmara, substituindo o Deputado Aécio Neves pelo Deputado Xico Graziano como membro titular da Comissão Mista (fls. 116).

Publicado no DSF Páginas 20773

04/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: No prazo regimental nenhuma emenda foi adicionada à Medida Provisória.

29/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convalidadas as emendas de n.ºs 001 a 034, constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN n.º 103/99 (DSF 07.05.99).

28/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 44-47

28/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.180-34/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2180-

Data: 27/08/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 28/08/2001

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa:

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.180-34/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

Avulso de emendas

Data: 28/11/2013

Autor: -

Local: null

DOCUMENTOS

Cópia integral de Processo

Data: 18/09/2023

Autor: Autoria não informada

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Processo físico integralmente digitalizado.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 3/7/2002, Seção 1, páginas 1 e 2, em que consta a publicação da Lei nº 10.480, de 2002, que revoga o art. 8o-A e o § 7o do art. 17 da Lei no 9.028, de 1995, acrescentados pelo art. 3º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 3/7/2002, Seção 1, páginas 1 e 2, em que consta a publicação da Lei nº 10.480, de 2002, que revoga o art. 8o-A e o § 7o do art. 17 da Lei no 9.028, de 1995, acrescentados pelo art. 3º da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 30/6/2009, Seção 1, página 4, em que consta a publicação da Lei nº 11.960, de 2009, que dá nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 1997, incluído pelo art. 4º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 30/6/2009, Seção 1, página 4, em que consta a publicação da Lei nº 11.960, de 2009, que dá nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 1997, incluído pelo art. 4º da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 6/9/2001, Seção 1, página 15, em que consta a publicação da Lei nº 10.272, de 2001, que dá nova redação ao art. 467, excluindo seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), incluído pelo art. 9º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 6/9/2001, Seção 1, página 15, em que consta a publicação da Lei nº 10.272, de 2001, que dá nova redação ao art. 467, excluindo seu parágrafo único, do Decreto-lei no 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), incluído pelo art. 9º da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 10/8/2009, Seção 1, páginas 2 e 3, em que consta a publicação da Lei nº 12.016, de 2009, que revoga, na íntegra, a Lei nº 4.348, de 1964, e, consequentemente, os §§ 1º e 2º de seu art. 4º, que foram incluídos pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 10/8/2009, Seção 1, páginas 2 e 3, em que consta a publicação da Lei nº 12.016, de 2009, que

DOCUMENTOS

revoga, na íntegra, a Lei nº 4.348, de 1964, e, consequentemente, os §§ 1º e 2º de seu art. 4º, que foram incluídos pelo art. 14 da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 1º/12/2011, Seção 1, páginas 1 a 9, em que consta a publicação da Lei nº 12.529, de 2011, que dá nova redação ao inciso V do art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985, alterado pelo art. 6º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 1/12/2011, Seção 1, páginas 1 a 9, em que consta a publicação da Lei nº 12.529, de 2011, que dá nova redação ao inciso V do art. 1º da Lei nº 7.347, de 1985, alterado pelo art. 6º da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 26/10/2021, Seção 1, páginas 1 a 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.230, de 2021, que dá nova redação ao § 5º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1991, alterado pelo art. 7º da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: Versão certificada do DOU de 26/10/2021, Seção 1, páginas 1 a 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.230, de 2021, que dá nova redação ao § 5º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1991, alterado pelo art. 7º da presente Medida Provisória.